



Relatório

3.º ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA

"PROTEÇÃO CIVIL"

DE CIDADES UCCLA



praia

Cidade em Movimento

HUAMBO, 09/10 OUT. 2013



PROTEÇÃO CIVIL

Rede Temática de Cidades UCCLA | 3.º Encontro Técnico

Huambo | 09 & 10 de outubro de 2013 | Sala Conferência da Rádio Huambo

FICHA TÉCNICA:

Título: Relatório 3.º Encontro Técnico da Rede Temática Proteção Civil de Cidades UCCLA

Elaboração: Eng.º Renato Costa | *Coordenador do Projecto Redes Temáticas de Cidades UCCLA*
Dr. Celestino Afonso | *Responsável Técnico da Cidade Guia da Rede*

Data: Outubro de 2013



SUMÁRIO

I.	CONTEXTUALIZAÇÃO	4
II.	CIDADES PARTICIPANTES	5
III.	PROGRAMA DO ENCONTRO.....	6
IV.	AGRADECIMENTO	8
V.	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS	9
VI.	CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES.....	29

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

Enquadrado no âmbito das actividades da Rede Temática Protecção Civil de Cidades UCCLA, as cidades da Praia (cidade guia) e Huambo (cidade anfitriã), sob a coordenação de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), organizaram nos 09 e 10 de Outubro de 2013, na sala de conferências das instalações da Rádio Huambo, Província de Angola, o III ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA PROTEÇÃO CIVIL DE CIDADES UCCLA. Recorda-se que esta terceira edição foi precedida pelos encontros da Praia e Lisboa, ocorridos em 2011 e 2012, respectivamente. O mesmo coincide com o dia Internacional para a Redução de Catástrofes Naturais, que se comemora, anualmente, na segunda quarta-feira do mês de Outubro.

O projecto Redes Temáticas de Cidades UCCLA foi aprovado a 7 de Maio de 2010, em Salvador da Baía, na XXVII Assembleia-geral da UCCLA, da qual faz parte a Rede Temática “Protecção Civil” e mais duas outras redes que, no conjunto, correspondem ao projecto aprovado. Os Encontros Técnicos visam a cooperação entre cidades UCCLA e Lusófonas, nos termos decorrentes do estabelecido no projecto, e no respectivo Regulamento aprovado em Lisboa pela Comissão Executiva, em 15 de Outubro do mesmo ano.

O Encontro Técnico da Rede Temática “Protecção Civil” tem como principal objectivo a partilha de conhecimentos e troca de experiências entre técnicos de países/cidades membros da rede, em geral e, em particular, reflectir acerca das ocorrências, soluções e medidas mitigadoras do risco em questão e deverá ser um espaço privilegiado na aproximação das cidades da rede.

A mesa de abertura do encontro foi constituída por suas Excelências o Eng.º José Marcelino, Administrador da Província e o Vice-Governador da Província de Huambo, Dr. Francisco Fato, que presidiu a cerimónia e pelo Eng.º Renato Martins Costa, em representação ao Senhor Secretário-Geral da UCCLA, Dr. Vítor Ramalho.

O certame contou com a presença das Comissões Administrativas de Luanda, representantes dos Municípios, centros universitários, autoridades civis e Militares do Huambo e dos representantes das cidades da Praia e São Domingos (Cabo Verde); Lisboa e Cascais (Portugal); Maputo (Moçambique) para além dos elementos da UCCLA.

A cerimónia de encerramento foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Geral da UCCLA, Dr. Victor Ramalho, que proferiu o respectivo discurso.

II. CIDADES PARTICIPANTES

CIDADE	PAÍS
 CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS	PORTUGAL
 PROVÍNCIA DE HUAMBO (Anfitriã e Organizadora) CIDADE DE LUANDA	ANGOLA
 CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO	MOÇAMBIQUE
 CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA (Cidade-Guia)  CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	CABO VERDE
 UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA) - Coordenação	PORTUGAL

III. PROGRAMA DO ENCONTRO

HORA	ATIVIDADES
Período Manhã	Quarta-feira, 09 de Outubro de 2013
08:30 – 09:00	Recepção dos convidados e participantes
09:00 – 10:00	Sessão de abertura Hino Nacional Minuto de Silêncio Apresentação do Presidium Momento Cultural (dança “Olundongo” e “peça teatral”) Discurso de boas vindas (Sua Excia. Sr. Administrador Municipal do Huambo – Eng.º José Marcelino) Discurso de abertura (Proferido por Sua Excia. o Vice Governador da Província do Huambo, Sr. Francisco Fato)
10:00 – 11:15	Intervalo Coffee break
10:15 – 10:45	“Apresentação da província do Huambo”. Eng.º José Marcelino Administração Provincial do Huambo Angola Debate
10:50 – 11:20	“Situação operativa da protecção civil no Huambo”. Dr. João Ricardo Angola Debate
11:25 – 11:55	A protecção civil em Angola: “Grau de implementação a nível do país e principais actividades”. Dr. Francisco Bimba Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros Angola Debate
12:00 – 12:30	“Medidas preventivas na redução do risco de cheias e inundações no município da Praia”. Dr. Celestino Afonso Serviço Municipal de Protecção Civil da Praia Cabo Verde Debate
13:10 – 15:30	Almoço
Período Tarde	Quarta-feira, 09 de Outubro de 2013
15:40-16:10	“Incêndios florestais: uma visão organizacional ao nível das estruturas de planeamento e de execução, enquanto factores de mudança estratégica”. Cor. Joaquim Leitão Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa Portugal Debate
16:20 – 16:50	“Plano municipal de emergência de protecção civil de Cascais” Dr. Luís Cecílio Serviço Municipal de Protecção Civil de Cascais Portugal Debate
17:00 – 17:20	Intervalo Coffee break
17:30 – 18:00	“Processo de reassentamento das populações no âmbito das inundações (cheias) na cidade de Maputo Arq. António Tovela Conselho Municipal de Maputo Moçambique Debate



HORA	ATIVIDADES
Período Manhã	
Quinta-feira, 10 de Outubro de 2013	
8:30 – 09:00	Início dos trabalhos Chegada dos participantes
09:00 – 09:30	“Urbanização e protecção civil” Eng.º Carlos Figueiredo Development Workshop Angola Angola Debate
09:40 – 10:10	“Salvamento aquático e articulação entre os agentes da protecção civil” Dr. Celestino Afonso Serviço Municipal de Protecção Civil da Praia Cabo Verde Debate
10:20 – 10:50	“Acidentes domésticos: como actuar ao nível da prevenção e resposta operacional” Dr. Luís Cecílio Serviço Municipal de Protecção Civil de Cascais Portugal Debate
10:50 – 11:10	Intervalo Coffee break
11:20 – 11:50	“Reflexões sobre a rede temática protecção civil e perspectivas” Eng.º Renato Costa União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) Portugal Debate Sugestões
12:00 – 12:30	Sessão de encerramento Momento Cultural (dança tradicional e poesia) Discurso de encerramento Sua Excia, Dr. <i>Victor Ramalho</i> Secretário Geral da UCCLA
13:00 – 14:00	Almoço
Período Tarde	
Quinta-feira, 11 de Outubro de 2011	
14:30 – 17:00	Visita guiada Ribeira da Granja e Ravina do Dango



IV. AGRADECIMENTO

Na realização conseguida dos objectivos do Encontro, devem ser destacadas e objecto de reconhecimento algumas entidades que para qual contribuíram decisivamente, mediante valiosa colaboração:

- União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), coordenação e apoio prestado;
- Administração Provincial de Huambo (Angola), anfitriã do evento que, manifestamente, demonstrou toda a sua disponibilidade, disponibilizou meios e assegurou a necessária planificação para que os objectivos do Encontro fossem conseguidos com sucesso;
- Câmaras/Entidades discriminadas na tabela do ponto II, pela resposta/presença/participação e colaboração prestada;

V. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS

▶ **DIA 09 DE OUTUBRO DE 2013** | 10:00 às 12:30 e 15:40 às 18:00

Presidido pela Sua Excelência o Senhor Vice Governador para o sector económico da Província anfitriã, **Dr. Francisco Fato**, em representação do Governador da Província de Huambo, teve lugar a cerimónia e foi proferido o discurso de abertura do Terceiro Encontro Técnico da Rede Temática “Protecção Civil”, a qual contou, ainda, com a presença de Sua Excelência, **Eng.º José Marcelino** – Administrador Municipal do Huambo, que proferiu os discurso de boas vindas, e o **Eng.º Renato Martins Costa** – Coordenador de Redes Temáticas das Cidades UCCLA, em representação ao Secretário-Geral da UCCLA.

Finda a solenidade, iniciaram-se os trabalhos do 3.º Encontro Técnico da Rede Temática “Protecção Civil” relativos à primeira explanação, a seguir descritas:

TEMA 1: “APRESENTAÇÃO DA PROVÍNCIA DO HUAMBO” | Eng.º José Marcelino

Huambo é uma província Angolana, que dista 600 Km de Luanda, com uma população aproximada de 2.301.524 habitantes distribuídos por uma área de 35.771 km². É limitada pelas províncias de Kwanza-Sul (Norte), Bié (Este), Huíla (Sul) e Benguela (Oeste). Possui, por conseguintes seis sectores: Xavier Samacau, N'Zagi, Vilinga, Cacilhas, Kapango e Bandeira.

Despesas médias mensais

Despesas realizadas	AO Kz 24 671 439,50
Recursos consignados localmente	AO Kz 1 045 000,00
Despesas de Bens e serviços e capital	AO Kz 51 977 649,65
Recursos ordinários do tesouro	AO Kz 2 000 000,00
Serviços Municipalizados de saúde	AO Kz 29 682 372,00
Receitas arrecadadas pela Rep Fiscal	AO Kz 4 134 597,00
Receitas arrecadadas pela Administração	AO Kz 5 303 734,00

A província de Huambo possui um total de 6.800 hectares de área cultivadas, cerca de 88 associações agrícolas, 07 cooperativas e 15 fazendas.

Em termos da pecuária, a população animal estimada (empresarial e tradicional) é de 575.800, composta por bovinos, caprinos, ovinos e suínos.

No domínio da indústria existe um total de 28 fábricas dentre as quais a de cerveja, blocos, mobílias, chapas e outras

e cerca de 517 estabelecimentos da área de comércio, restauração, hotelaria, turismo e prestação de serviços.

Em termos de energia a província é alimentada pela subestação do Benfica com 15 megawatts e N'Gove com 60 megawatts instalados. O consumo é de 27 megawatts, exceptuando Kuito, Refriango e Bailundo. A distribuição é de 75% na zona Urbana e 35% na zona periférica, através de 980 km de cabo estendidos. Ainda a barragem de Cuando, com apenas uma turbina a funcionar, produz 315 Kvas de electricidade. Os sectores de Chipipa e Calima são alimentados por grupos geradores de 250 Kva e 85 Kva, respectivamente.

Relativo ao abastecimento de água começou o processo de instalação de 19000 ligações, que no fim de 3 anos elevará a sua distribuição para 80% na zona urbana e periurbana. Cerca de 50% da distribuição encontra-se afectada à zona urbana e 10% à periurbana.

Cerca de 5 empresas de transportes públicos asseguram ligações interprovinciais. A província conta ainda com um aeroporto, uma estação central do caminho de ferro de Benguela, 450 táxis licenciados, 15.000 motorizadas e 5000 viaturas estimadas.

Distribuídos pelo território provincial encontra-se em funcionamento 153 escolas de ensino primário, 35 escolas do primeiro ciclo de ensino secundário, 10 escolas do segundo ciclo do ensino secundário, totalizando um efectivo de 7065 professores e 213550 alunos. Ainda existem 20 colégios privados e cerca de 6300 alunos beneficiam da merenda escolar. Estimativas apontam cerca de 30000 alunos a estudar em condições precárias ou fora do sistema educativo.

Culturalmente está servido por 15 grupos teatrais registados, 15 bibliotecas, 67 artistas plásticos, 11 grupos de dança moderna, 9 grupos de dança tradicional e 4 estúdios de gravação, no entanto, nenhum cinema em funcionamento.

A província conta com 4 hospitais, 16 centros de saúde, 40 postos de saúde, aproximadamente 350 camas para internamento. A média mensal das consultas ronda os 51000, 620 internamentos e 350 partos.

Quatro pavilhões polidesportivos cobertos e duas quadras polidesportivas descobertas novas, assegura a prática de algumas modalidades desportivas.

Dados referentes a Julho de 2013 fornecem-nos informações relativas à ordem pública com registo de 83 casos de natureza diversa (63 esclarecidos), 79 detidos (6 mulheres), 31 casos contra pessoas, 45 casos contra propriedade, 6 casos de natureza económica, 4 contra a ordem e tranquilidade pública e 28 acidentes de viação (9 mortos e 19 feridos).

No Saneamento público a RESURB recolheu 15320 metros cúbicos de resíduos, a ENVIROBAC 14568, a Administração Municipal 770 e houve 92 enterramentos nos cemitérios controlados (dados de Julho).

TEMA 2: “SITUAÇÃO OPERATIVA DA PROTEÇÃO CIVIL NO HUAMBO” | Dr. João Ricardo

A localização geográfica da Província do Huambo no contexto nacional, torna-a beneficiária de abundantes precipitações atmosférica, com o registo das maiores medidas anuais do país, susceptíveis de provocarem ocorrências de enxurradas acompanhadas de fortes ventos, descargas eléctricas ou granizo, o que, em regra, geral provoca desgraças e calamidades como o arrastamento de solos, desmoronamento de terras, pontes, ravinamentos, cheias, inundações, incêndios e deslizos de solos etc.

A região é essencialmente agrícola onde a precipitação média anual atinge os 1.400 milímetros, sendo o mês mais chuvoso o de Dezembro e a sua temperatura média ronda os 19 graus centígrados.

A Comissão Provincial de Protecção Civil no Huambo, foi criada com base a lei 28/03, de 7 de Novembro – Lei de base da Protecção Civil. A Comissão tem como finalidade prevenir os riscos colectivos inerentes a situações de acidentes grave, catástrofes ou calamidades, de origem natural ou tecnológica, de atenuar ou eliminar os seus efeitos, socorro a pessoas e seus bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

Assim, face as acções da Comissão em causa e parceiros, considerando as ocorrências durante o período em destaque, o quadro operativo apresenta-se da seguinte forma:

N/O	DESIGNAÇÃO	2013	2012	DIFERENÇA
01	Mortos	59	29	+ 30
02	Feridos	80	16	+ 64
03	Casas destruídas	861	123	+ 738
04	Famílias atingidas	861	459	+ 402
05	Pessoas desalojadas	5166	948	+ 4218

Sobre os Incêndios do III.º Trimestre/2013.

N/O	Municípios	INCÊNDIOS			DANOS	VÍTIMAS HUMANAS						
		ACT	ANT	DIF		FERIDOS			MORTOS			
01	Huambo	52	59	-07								
02	Kaála	14	14	=14								
03	Bailundo	06	01	+05								
04	Longonjo	08	02	+06								
05	Tchinjenje	01	02	-01								

Causas dos incêndios

CAUSAS	ATUAL	ANTERIOR	DIFERENÇA
Negligência	27	30	-03
Fogo posto	35	26	+09
Curto-circuito	15	15	=15
Fuga de gás	05	04	+01
Não determinada	05	08	-03

Sobre os serviços de socorro.

N/O	DESIGNAÇÃO DOS	ATUAL	ANTERIOR	DIFERENÇA
01	Abastecimento de combustível	43	93	-50
02	Descarregamento de combustível	-	10	-10
03	Carregamento de combustível	-	02	-02
04	Neutralização de derrames	01	02	-01
05	Arrefecimento dos trens	-	02	-02
06	Serviço de Ambulância	52	55	-03

Foram realizadas diversas ações de impacto social (pontes, protecção de ravinas, infra estruturas diversificadas e não só, pelos Órgãos do executivo da província); realizaram-se visitas e sensibilização as populações residentes nas áreas vulneráveis em riscos na Província; houve coordenação da estratégia de actuação institucional da Comissão Provincial e Agentes da Protecção Civil, para acudir as populações sinistradas pelas chuvas na Província; o planeamento, operações e comando articulam-se com actividades politicas, recreativas, sociais, desportivas e religiosas; assegura-se a continuação de ações de formação em matéria de fortalecimento das capacidades das Comissões Municipais da Protecção Civil nas comunidades em riscos de vulnerabilidade e, em coordenação com as Administrações Municipais, levaram-se a cabo trabalhos de sensibilização e distribuição de cartilhas de conselhos úteis, aos líderes das comunidades.

Dentro deste âmbito, perspectiva-se uma continuação de estudos e ações práticas do processo de desenvolvimento sustentável da província, para redução da vulnerabilidade e impacto dos desastres, com ênfase nas áreas de maior incidência de degradação ambiental; continuação dos trabalhos de aperfeiçoamento, preparação e implementação permanente de estratégias acutilantes do trabalho preventivo e de resposta, em particular, no que respeita a matérias de gestão de desastre, calamidades, incêndios; os Órgãos que compõem a Comissão dão continuidade aos trabalhos da sua responsabilidade, em particular, na realização de palestras de sensibilização em matéria de especialidade no seio das comunidades e não só.

Conclui-se que, de modo geral, o trabalho desenvolvido ao longo do período em análise, nos mais variados domínios foi caracterizado como positivo e sob o controlo da Comissão, dado ao empenho e dedicação concedidos por todos os órgãos que compõem o sistema incluindo as Organizações não governamentais, entidades religiosas, alguns partidos políticos e alguns empresários.

TEMA 3: A PROTEÇÃO CIVIL EM ANGOLA: “Grau de implementação a nível do país e principais atividades |
Dr. Francisco Bimba

A Protecção Civil em Angola, começou a dar os seus primeiros passos em meados do ano de 2003, com a publicação da Lei de Bases de Protecção Civil (lei 28/03 de 7 de Novembro aprovada pela Assembleia Nacional), segundo a qual a Protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos Cidadãos, com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofes ou calamidade, de origem natural ou tecnológica e de atenuar ou eliminar os seus efeitos e socorrer as pessoas e seus bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

Na presente lei também se destacam os conceitos de Acidente Grave, Catástrofe e Calamidade, os objectivos e o âmbito territorial do sistema de protecção civil.

O sistema nacional de protecção civil angolana, no entendimento da garantia da segurança global da população que em circunstâncias de desastres, é um dever do Estado, organizou o SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL por intermédio da lei 28/03 de 7 de Novembro “Lei de Bases da Protecção Civil”.

Assim sendo, foi concebida uma estrutura que se articula em três níveis do executivo em estreita interacção com os órgãos sectoriais, órgãos de apoio e com a comunidade. Este Sistema, segundo o seu organograma, é constituído pelos seguintes órgãos: Órgãos Político, Técnico, Sectorial, Locais (comissão provincial e comissão municipal local) e de Apoio.

Os agentes de protecção civil são: os Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, as Forças Armadas Angolanas, a Direcção Nacional de Aviação Civil, a Direcção Nacional da marinha Mercante e Portos e a Direcção da Fiscalização Marítima dos Ministérios de Pescas, Urbanismo e Construção e Ambiente e exercem funções de protecção civil nos domínios de aviso, alerta, intervenção, apoio e socorro, de acordo as suas próprias atribuições.

No exercício das suas funções para além dos organismos do Estado a protecção civil estabelece também a parceria com ONGs tanto nacionais como internacionais.

A coordenação operacional, a coordenação dos Órgãos do Sistema Nacional de PROCIV e as demais sistemas organizativas encontram-se patenteados na lei de bases da protecção civil.



O Serviço Nacional de Protecção Civil de Angola funciona com a seguinte estrutura e hierarquia: Comandante Nacional do SNPC-B; Segundo Comandante para Protecção Civil; Assessoria Especial e Assessoria de Comunicação Social; os Departamentos de Planeamento e Operação, Avaliação de Risco de Desastres e de Ações Comunitárias. Este serviço tem como missão de planear, coordenar e executar a política de protecção civil, designadamente na prevenção, preparação, resposta e recuperação face a acidentes graves, catástrofes, calamidades naturais, protecção e socorro das populações, quando tais situações ocorram.

Plano Nacional de Contingência, Preparação, Resposta e Recuperação de Desastres Naturais

O referido plano, elaborado para o período de 2009/2014, enquadrado na Lei de Bases 28/03, de 7 de Novembro) tem como propósito prevenir e responder a ocorrência de riscos colectivos resultantes de possíveis acidentes graves, calamidades naturais ou tecnológicas e enfrentar a generalidade das situações de emergência que eventualmente ocorram no território nacional. Este define as linhas que orientam a resposta oportuna e concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe que afectem as populações angolanas.

Serve, por conseguinte, como um instrumento de gestão sob a responsabilidade executiva da Comissão Nacional que, ajudam o governo a dar uma resposta mais adequada e mais organizada aos eventuais cenários de desastres que possam ocorrer. A sua estrutura contempla três linhas principais que estabelece: as funções e tarefas de cada sector; a competência de cada sector e as acções a serem realizadas.

Os níveis de activação do plano dependem do tipo e gravidade de ocorrência, podendo ser de ordem local, provincial ou Central.

O plano contempla as principais actividades que passo a elencar: levantamento, avaliação e prevenção de riscos de colectivos; análise permanente das vulnerabilidades; informação e formação das populações; planeamento de emergência; inventariação de meios e recursos; estudo e divulgação de forma adequada de protecção de edifícios, bens culturais e instalação de serviços essenciais e recursos naturais.

As actividades levadas a cabo dentro deste domínio contemplam acções, em especial, as de carácter preventiva e de preparação e a implementação nos currículos escolares de matérias relacionadas à gestão de desastres; implementação de um sistema de aviso prévio SAP na província de Benguela; criação de um centro de coordenação Operacional a nível Nacional e centros Provinciais de Operação; elaboração e execução de Planos de Acção de Emergência, preparação e resposta para épocas chuvosas para as províncias afectadas no país; implementação de Bases Logísticas regionais (Saurimo, Benguela Cunene); aumento do número de novos quartéis de bombeiros a nível nacional; formação e capacitação de quadros técnicos.



Ainda foi desenvolvido o Projecto “Sinistralidade rodoviária” a nível nacional no ano de 2010, uma gestão integrada na prevenção e socorro aos acidentes nas estradas angolanas, sendo a segunda maior causa de morte no País, o projecto “Praias Seguras de Angola” que reflecte a política do Executivo Angolano, integrada, de prevenção e segurança balnearia nas praias marítimas e fluviais de Angola.

No âmbito da Resposta Rápida destaca-se a assistência aos sinistrados em primeira instância pelo SNPCB e posteriormente completada pelos sectores pertencentes a Comissão Nacional em função da natureza da ocorrência; o resgate, busca e salvamento, extinção de incêndios, primeiros socorros em edifícios e casas inundadas; elaboração, execução e actualização de Planos de Acção de Emergência para época chuvosa para as províncias afectadas no país; a implementação de Bases Logísticas regionais (Saurimo, Benguela Cunene); aumento do número de novos quarteis de bombeiros a nível nacional; formação e capacitação contínua de quadros em termos de manuseamento dos dispositivos técnico-modernos e na gestão de riscos de desastres, assim como na avaliação de vulnerabilidade das populações; acompanhamento das quedas pluviométricas que se abatem no país e balanceando sobre as consequências causadas pelas mesmas.

Apesar de algumas dificuldades os passos vêm sendo dados por isso, importa continuar na mesma linha para que essa vontade venha a concretizar-se. Existem ainda, outros desafios que precisam ser concretizados tais como: o Serviço Nacional de Protecção Civil, aguarda neste momento pela aprovação do seu estatuto orgânico institucional; o seminário de Avaliação de Risco e Planeamento de Contingência realizado em conjunto pelo SNPCB e a OXFAM de 27 a 29 de Março do corrente ano identificou várias lacunas no Plano Nacional relacionadas a algumas acções a serem realizadas em situação de emergência, sendo uma delas, a realização de simulacros em situações de calamidade, com a integração de todas as forças que compõem o Sistema Nacional de Protecção Civil, com o objectivo de testar a capacidade de resposta dos órgãos do Executivo Angolano.

TEMA 4: “MEDIDAS PREVENTIVAS NA REDUÇÃO DO RISCO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DA PRAIA” | Dr. Celestino Afonso

Cabo Verde é constituído por dez ilhas e está localizado no Oceano Atlântico, a oeste da costa Africana, entre os paralelos 17°13' e 14°48' de latitude Norte e os meridianos 22°42' e 25°22' de longitude oeste, à distância de, aproximadamente 300 km do Senegal e da Guiné-Bissau. Possui uma área de 4.033 km² e uma população de 491.875 habitantes.

A Sul de uma das maiores ilhas, Santiago, fica situada a cidade da Praia, com uma área de 258,1 km² e uma população à volta dos 131.602 habitantes.

Em termos geomorfológicos a cidade da praia caracteriza pela existência de zonas planas, declives e depressões, sendo estes dois últimos ocupados por pessoas com elevada vulnerabilidade socioeconómica e, conseqüentemente, pelas habitações desordenadas e sem condições de habitabilidade. Possui uma temperatura média anual a volta do 25° C e divide-se em duas estações bem distintas: a da seca, que vai de Outubro a Junho e a húmida de Julho a Setembro.

Ao longo dos anos e, particularmente, durante o período que antecede à época chuvosa deste ano (2013) foram desencadeadas inúmeros acções com intuito de minimizar os efeitos adversos das chuvas e conseqüentes cheias e inundações no município da Praia.

Por isso, todo o processo de preparação dessa época começa com o levantamento das principais situações críticas, nos diferentes bairros da cidade e registadas posteriormente numa matriz, donde podemos elencar as seguintes situações mais comuns: deposição e obstrução de linhas de água, com construções, aterros e escombros; assoreamento de aquedutos e valas com arbustos e resíduos sólidos urbanos; edificações precárias e clandestinas em zonas de riscos, como encostas e linhas de água; corte e alteração da encosta natural e conseqüente deposição de aterros e construções clandestinas; precariedade de vias de acesso e das estruturas habitacionais, principalmente lajes; elevados números de pardeiros e oficinas com carcaças de viaturas; risco de desabamento de muros de protecção e de contenção. Após o levantamento e registos passou à execução para mitigar e/ou diminuir os problemas encontrados.

É evidente que estas situações carecem de intervenções de forma a reduzir os estragos que podem afectar principalmente às pessoas mais vulneráveis, dos bairros mais problemáticos. Foi assim que ao longo dos anos a edilidade vem implementando um conjunto de medidas de índoles estruturais e não estruturais, para que pouco a pouco possa reduzir significativamente os inúmeros problemas e riscos que a cidade enfrenta.

As medidas estruturais já executadas centraram-se essencialmente na requalificação da encosta de Vila Nova (construção de canais de drenagem); construção e requalificação dos canais de escoamento de águas pluviais nas principais ribeiras cujos riscos de inundações são acrescidos; construção de muros de contenção e de protecção em sítios que apresentam riscos elevados de desabamento e fluxos dos depósitos de vertentes; melhorias das vias de acessos e construção de alternativas; elaboração e procura actual de financiamento para implementação dos projetos de requalificação das encostas de Achadinha, Pensamento e outras semelhantes.



Paralelamente às medidas estruturais encontram-se as de carácter não estruturais, sendo por isso aquelas que exigem menores custos se comparado com às primeiras, ou seja, estruturais. Neste ano e à semelhança dos anteriores, no período antes das chuvas foram desenvolvidas acções tais como: encontro com os agentes da protecção civil e com as direcções da Câmara Municipal da praia; levantamento de situações críticas em todos os bairros da cidade; actualização do plano operacional de emergência e sua socialização; planificação das intervenções a serem implementadas nos diferentes bairros; mobilização de meios humanos e materiais junto de algumas empresas parceiras e contratadas conforme o orçamento aprovado para o efeito; execução dos trabalhos de preparação para a épocas das chuvas; encontro com associações comunitárias para auxiliar nas campanhas de sensibilização; sensibilização das populações e distribuição de folhetos com medidas de autoprotecção sobre cheias e inundações e doenças de origem e transmissão hídricas, divulgando-as igualmente através dos meios de comunicação social.

Estas foram um conjunto de acções levadas a cabo no período antes das chuvas e que constitui o principal foco da nossa apresentação. No entanto pode-se salientar que as precipitações ocorridas na cidade da Praia, durante os meses de Agosto e Setembro de 2013, foram bastantes satisfatórias (chegando a atingir os 200 ml), causando estragos avultados em diversos municípios do país. É de se realçar a passagem por Cabo Verde da tempestade tropical Humberto, que permitiu a queda de enormes quantidades de chuvas e ventos fortes, durante uma semana.

Perante esses avultados problemas por que passa o município da Praia, agravado sobretudo pela elevada e constante pressão demográfica, devido ao êxodo rural e a proveniência de um número significativo dos emigrantes da Costa Ocidental Africana) ocupando as zonas de maiores riscos, como encostas e ribeiras, edificando habitações clandestinas e precárias. Esse facto deve-se sobretudo às vulnerabilidades socioeconómicas das famílias, a dificuldade de acesso aos terrenos, que quase sempre têm um custo elevado, em zonas planificadas para construção, a falta de uma política sócio habitacional eficaz e outras razões de menores pesos, obrigam as pessoas a se fixarem nessas zonas e a desafiarem a própria lei da natureza para conseguirem um tecto, onde morar, ainda que seja muito ariscado. Os poucos recursos que o município possui são muito insuficientes para fazer face aos problemas habitacionais e de emergência. Por isso a melhor aposta deve-se estribar, essencialmente, nas acções de formação, informação e sensibilização das populações rumo a uma maior percepção de risco e insistir numa mudança de atitudes perante o mesmo, contribuindo fortemente para uma verdadeira cultura de risco.

TEMA 5: “INCÊNDIOS FLORESTAIS: UMA VISÃO ORGANIZACIONAL AO NÍVEL DAS ESTRUTURAS DE PLANEAMENTO E DE EXECUÇÃO, ENQUANTO FATORES DE MUDANÇA ESTRATÉGICA” | Cor. Joaquim Leitão

A prevenção e a minimização das consequências de catástrofes – naturais ou provocadas –, como os grandes incêndios florestais ocorridos no Verão de 2003 ou, à escala internacional, o ataque terrorista às torres de Nova



lorque em 11 de Setembro de 2001 e o maremoto asiático de Dezembro de 2004, requerem a elaboração ou actualização de planos de emergência relativos a incêndios, cheias e abalos sísmicos. A planificação é essencial para evitar uma política puramente reactiva.

Na sequência dos graves incêndios de 2003 o governo sentiu a necessidade de criar, em 2005, a Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais (ANIF) \que teve como objectivo promover a “coordenação integrada” de todos os agentes para uma resposta mais eficaz.

A ANIF promoveu um longo relatório que apresentava um conjunto vasto de recomendações e que foram aceites pelo Governo na acção que se seguiu. Foram definidos três vectores de intervenção:

- a) Elaboração do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios que determina as políticas e as metas que vinculam a administração;
- b) Criação do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios que determina claramente as responsabilidades de cada um dos agentes em função dos pilares;
- c) A implicação da sociedade, uma vez que o problema dos incêndios florestais é de todos – **PORTUGAL SEM FOGOS DEPENDE DE TODOS.**

A partir de 2006, no âmbito das operações de protecção civil é concretizado o “comando único” ao nível institucional e operacional que se desenvolve nos CCO’ se nos COS de âmbito nacional e distrital.

A estrutura de comando da ANPC é reforçada com um 2º Comandante Nacional e dois Adjunto de Operações Nacionais e um 2º Comandante Distrital em cada unidade territorial – distrito

É determinado o conceito de 1ª intervenção que corresponde ao princípio de que quem estiver mais próximo da ocorrência deve intervir para a sua resolução definitiva independentemente da sua dependência hierárquica e funcional e desde que disponha dos meios adequados à operação, sempre salvaguardando a segurança dos combatentes, das pessoas e dos seus bens.

É consolidada a existência de um Dispositivo Unitário nos campos da Vigilância, Fiscalização, Detecção, Combate e Rescaldo que responde ao princípio evolutivo de comando

É concretizado o Plano de Comunicações que permite que todo o dispositivo dos CB’s e GNR se relacione entre si nos TO’s nas bandas da PC e dos bombeiros em redundância.

É determinada uma nova forma de organização dos TO's nos quais, para além da estrutura técnica adequada deverá incorporar sempre o Técnico Florestal do GTFM e ainda os responsáveis técnicos de parques, das áreas protegidas ou dos territórios sob gestão da DGRF, em razão da área.

A nova Lei de Bases de Protecção Civil (LBPC)¹ vem clarificar o enquadramento da política e das operações de protecção civil, que encontra representação nos diversos níveis ou escalões territoriais (Nacional, Distrital e Municipal) e define, ao nível deste novo enquadramento, os órgãos de direcção, coordenação e execução². De referir que a nova Lei de Bases de Protecção Civil prevê, para qualquer tipologia de intervenção, a constituição de uma plataforma estratégica capaz de responder com eficácia às necessidades dos cidadãos, onde se define a estrutura de Direcção, Comando e Controlo e regula a forma como é assegurada a coordenação institucional, a articulação e a intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS)³, envolvidas ou a envolver nas operações de Protecção e Socorro, assegurando-se que todos os agentes atuam, no plano operacional, articuladamente, sob um comando único mas sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

Partindo desta visão integrada e integradora, iniciou-se recentemente na cidade de Lisboa um novo modelo de “pensar” o socorro, que passou, entre outras medidas, pela criação de uma Sala de Operações Conjunta (SALOC)⁴ da Câmara Municipal de Lisboa (CML), com o conseqüente encerramento de quatro salas de “despacho de meios”,

¹ Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases da Protecção Civil.

² São Órgãos de Direcção ao nível Nacional, a Assembleia da República, que contribui para enquadrar a política de protecção civil e fiscalizar a sua execução, o Governo, que garante a condução da política de protecção civil, o Conselho de Ministros, que define as linhas gerais da política governamental e o Primeiro-ministro, o qual é responsável pela direcção da política de protecção civil, podendo delegar no Ministro da Administração Interna. São Órgãos de Direcção ao nível Distrital, o Governador Civil a quem compete desencadear as acções de protecção civil, de âmbito distrital e ao nível Municipal e o Presidente da Câmara a quem compete desencadear as acções de protecção civil, de âmbito municipal. São Órgãos de Coordenação, a Comissão Nacional de Protecção Civil, que se assume como o órgão de coordenação em matéria de protecção civil e garante a concretização das linhas gerais da política governamental de protecção civil em todos os serviços da administração, a Comissão Distrital de Protecção Civil e a Comissão Municipal de Protecção Civil. São Órgãos de Execução, a Autoridade Nacional de Protecção Civil, os Serviços Municipais de Protecção Civil e o Comandante Operacional Municipal, que, com a Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro, passaram a incluir a estrutura local de protecção civil. São Agentes de Protecção Civil, os corpos de bombeiros, as Forças de Segurança, as Forças Armadas, as autoridades marítimas e aeronáuticas, o INEM e demais serviços de saúde e os sapadores florestais.

³ Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

⁴ Inaugurada a 1 de Julho de 2010.



pertencentes a cada uma das suas estruturas de Segurança, Protecção e Socorro⁵. Esta medida consubstancia, assim, o início de um novo modelo integrado de Segurança, Protecção e Socorro, que congrega os meios de comando e controle das Forças de Segurança, Protecção e Socorro da cidade num único espaço, suportadas por um sistema único de comunicações de accionamento de meios das respectivas estruturas, passando a garantir, assim, uma resposta operacional mais célere e coordenada em prol da salvaguarda da vida e dos bens dos cidadãos de Lisboa.

A integração deste sistema de comunicações de emergência do Município de Lisboa no Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), para além de aspectos relacionados com a utilização do espectro reservado para aquele sistema, constitui uma transição imprescindível para assegurar a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços responsáveis pela segurança pública e de emergência que atuam no concelho e, da mesma forma, a integração num sistema único nacional, factores especialmente relevantes em caso de acidente ou catástrofe, seja de carácter local, seja metropolitano, seja nacional.

Por outro lado, havendo a consciência de que hodiernamente a gestão da informação é um dos factores essenciais para o sucesso de uma organização, permitindo melhorar tempos de resposta, otimizar recursos e dimensionar custos, de forma a potenciar uma gestão pro ativa que dê respostas às constantes mudanças a que a organização está sujeita, foi desenvolvida pelo Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) uma aplicação de “Gestão de Ocorrências” (GESOCO). Esta aplicação vem permitir integrar toda a informação associada a cada ocorrência, a utilização do “Sistema de Informação Geográfica” da CML, articular com os sistemas de comunicações existentes (voz, SMS, e-mail e fax), permitir a fiabilização dos dados (responsabilidade afecta aos diversos intervenientes na aplicação), segurança dos dados (cada utilizador com o seu perfil de acesso) e extinção da duplicação de registos e de informação (em livros que serviam de ‘backup’ à Base de Dados e noutras aplicações ou sistemas), para além do tratamento estatístico.

Esta emergente visão paradigmática da “Nova Segurança”, sistemicamente modelizada, tem levado o actual executivo a delinear todo um conjunto de estratégias de intervenção no plano individual, local e Municipal, com vista a melhorar os mecanismos de prevenção e resposta à emergência quotidiana e às susceptibilidades, riscos ou catástrofes expectáveis na cidade de Lisboa.

No “Plano individual”, onde a componente da informação, sensibilização pública, formação e treino conta com projectos de relevante importância como é o “projecto crescer na segurança”, também conhecido pela “casa do Tinoni”, promovido pelo Departamento de Protecção Civil (DPC), destinado aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico,

⁵ Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB); Polícia Municipal (PM); Departamento de Protecção Civil (DPC); Polícia Florestal (PF). No âmbito da recente reorganização estrutural e de funcionamento dos Serviços Municipais a PF passou a integrar a PM.



o diverso material pedagógico e de informação pública disponibilizado à população por esse mesmo serviço e pelo RSB bem como a intervenção neste âmbito junto das Escolas, Instituições de apoio a crianças e idosos, IPSSs, SCML, Juntas de Freguesia, Serviços da CML, entre outros, são exemplos de actividades que promovem novos comportamentos de segurança nos mais jovens em especial e em toda a população em geral.

No “Plano Local”, de referir o importante trabalho que se está a desenvolver no âmbito do programa “Voluntários de Protecção Civil”, com o objectivo de preparar os residentes para actuação em caso de catástrofe, pois que consideramos que as capacidades de prevenir, planear, treinar e preparar respostas para essas situações são vitais em qualquer comunidade.

Com um plano de formação adequado, que integra temáticas como o sistema de protecção civil; o planeamento local de emergência; o risco sísmico: comportamentos de autoprotecção; o fenómeno do fogo: comportamentos de autoprotecção; o manuseamento de equipamentos de combate a incêndio e as noções básicas de primeiros socorros, foi já possível formar no presente ano cerca de 350 voluntários na cidade de Lisboa. Também neste âmbito, e no que diz respeito ao “Planeamento Local de Emergência”, estão em curso projectos considerados de relevante importância, como são as “Brigadas de Apoio Local” (BAL) e o “Extintor Comunitário de Emergência”, desenvolvidos ao nível dos bairros históricos e Juntas de Freguesia.

Todos estes projectos que comungam o lema, “saber agir faz a diferença”, traduzem por excelência, a importância que a resposta local assume em situação de catástrofe, quando articulada com o Serviço Municipal de Protecção Civil e os meios de socorro.

No “Plano Municipal”, releva-se o Plano Municipal de Emergência (PME), que define a actuação do sistema municipal de protecção civil, em resposta à ocorrência de um acidente grave ou catástrofe que afecte a cidade, relativamente a responsabilidades, organização e conceito de operações.

O SMPC dispõe ainda de outros instrumentos de planeamento para fazer face a situações de risco/vulnerabilidade, sob o chapéu do PME, tais como o plano sectorial da mortuária, o plano sectorial para o alojamento de emergência, o plano de emergência para o risco sísmico, o plano de contingência para a população de rua, perante onda de frio, entre outros mais específicos e focalizados para grandes eventos culturais, desportivos e religiosos.

Ainda no “Plano Municipal”, de relevar estratégias fundamentais numa nova visão da segurança da cidade desenvolvidas pelo município, tais como a criação do Gabinete Técnico de Segurança Conta Incêndios em Edifício (GTSCIE) do RSB, que conjuntamente com a Secção de Prevenção daquela estrutura operacional, garantem a emissão de pareceres e realização de vistorias e inspecções das condições de SCIE, na área administrativa de

Lisboa, o “Plano Director Municipal” (PDM), em fase final de revisão, e a Reforma Administrativa de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal, no dia 27 de Setembro de 2011. Se o PDM estabelece o modelo de organização espacial e a estratégia de desenvolvimento integral do território municipal, a classificação do solo e as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do mesmo, integra e articula simultaneamente as orientações dos Instrumentos de Gestão Territorial de ordem superior (PNPOT e PROT AML), a Reforma Administrativa de Lisboa vem trazer mais competências para as 24 novas freguesias, que agora se apresentam com uma maior escala, mais fortes e dotadas com mais meios.

Estamos certos de que, com a concretização dos projectos em curso, melhorando os mecanismos de prevenção e de resposta à emergência, estaremos, cada vez mais, preparados para responder ao impensável.

TEMA 6: “PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASCAIS” | Dr. Luís Cecílio

Tendo como tema “Plano Municipal de Emergência” o orador procurou, antes da descrição detalhada do que é um Plano de Emergência, bem como das suas componentes, enquadramento e missões de cada um dos intervenientes, abordar ainda que de forma sucinta, o Sistema Municipal de Protecção Civil. Neste contexto apresentou a definição de sistema passando pela identificação dos componentes do mesmo e pelo papel dos Serviços Municipais de Protecção Civil enquanto entidade coordenadora e facilitadora do desempenho das missões por parte de todos os intervenientes no Sistema Municipal de Protecção Civil.

Efectuada esta abordagem macro, apresentou então a estrutura do Serviço Municipal de Protecção Civil, detalhando a sua articulação com a Câmara Municipal e com a Comissão Municipal de Protecção Civil, detendo-se algum tempo na apresentação do Serviço de Protecção Civil relativamente ao qual procurou exemplificar as áreas de intervenção de cada uma das subunidades orgânicas que o compõe, a saber: Divisão de Prevenção e Sensibilização, Gabinete de Planeamento e Operações e Gabinete Técnico Florestal, apresentando em relação a cada uma delas elementos demonstrativos do trabalho realizado.

Seguidamente abordou o tema do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Cascais, não sem antes apresentar um breve enquadramento legal relativo á competência das entidades para elaborar um Plano Municipal de Emergência, concretamente da Câmara Municipal, prevista na Lei 27/2006 de 03 de Julho e do serviço Municipal de Protecção Civil conforme disposto na Lei 65/2007 de 12 de Novembro. Apresentou seguidamente uma descrição do circuito desde a sua execução até á aprovação de um instrumento desta categoria, após o que abordou de forma breve cada componente do Plano, detendo-se com maior detalhe nas questões mais operacionais, a saber, competência e critérios para activação do plano, periodicidade dos exercícios, organização da resposta, missões, áreas de intervenção e meios e recursos de cada entidade que integra o Plano.

Concluiu chamando a atenção para a necessidade, á semelhança do que se procurou fazer em Cascais em que as entidades foram chamadas a participar, em particular na definição das suas missões, de cada entidade “viver” o Plano, de o entender como seu e de o testar com o maior grau de pormenor possível sob risco de se converter em mais um documento com bom aspecto mas para ficar na gaveta.

TEMA 7: “PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES NO ÂMBITO DAS INUNDAÇÕES (CHEIAS) NA CIDADE DE MAPUTO” | Arq. António Tovela

A maior parte das cidades são caracterizadas por possuir ocupações desordenadas e clandestinas em áreas propensas a:

- Inundações durante a época chuvosa;
- Ocorrência de erosão.

Deste modo as autoridades Administrativas e/ou Municipais deverão elaborar planos de Ordenamento Territorial a nível de pormenor a fim de disponibilizar terrenos/talhões habitacionais as famílias que estejam a habitar em áreas impróprias e destacam se como acções Prioritárias as seguintes:

- Identificação de áreas seguras para o reassentamento das famílias;
- Demarcação de talhões e abertura das vias de acesso;
- Transferência das famílias e entrega de talhões com o respectivo DUAT;
- Entrega por família dum KIT de construção (Tenda, material de construção, colchões e mantas), KIT de utensílios básicos e produtos alimentares e sementes;
- Construção de sistemas de abastecimento de água, energia eléctrica, instalações escolares e de saúde;
- Destruição das antigas áreas residenciais e reconversão em locais públicos (áreas verdes de protecção).

Deste modo teremos como resultados a redução de perdas de vida, habitação e bens das famílias durante as épocas chuvosas destacando-se:

- Famílias reassentadas em áreas seguras e no seu talhão.
- As áreas de reassentamento providas de vias de acesso, de infraestruturas básicas para o provimento de água, luz, educação, saúde, mercados, entre outros;
- Melhoria das condições de habitação e socioeconómicas das famílias que viviam em áreas propensas a cheias e/ou erosão.



▶ **DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013** | 09:00 às 12:30 e 14:30 às 17:00

TEMA 8: “URBANIZAÇÃO E PROTEÇÃO CIVIL” | Eng.º Carlos Figueiredo

O interlocutor começou a sua explanação com um conjunto de ideias chaves, tendo em conta a temática em questão, defendendo que um aumento da segurança passa por uma mudança cultural no sentido de se valorizar a segurança, uma planificação urbana adequada é fundamental para prevenir desastres e para permitir uma atuação eficaz quando estes ocorrerem, uma planificação adequada, num contexto de expansão urbana acelerada e informal, significa tónica na produção e disseminação de conhecimento e na participação dos interessados.

O crescimento urbano está em aceleração. Segundo a UN Habitat Angola tinha 59% de população urbana em 2010 e terá 69% em 2025, com um aumento de cerca de 7,8 milhões para a população urbana. Em 2005 cerca de 87% da população urbana estava em assentamentos informais.

É o sector informal quem tem dado resposta à enorme demanda de habitação e de terrenos urbanos e a inversão dessa situação não é simples nem rápida.

As concentrações urbanas aumentam a vulnerabilidade a riscos de segurança e os assentamentos informais maximizam esses riscos.

Conceitualizando o termo, a segurança urbana inclui aspectos que vão desde a segurança alimentar das populações, acesso a serviços básicos e segurança em relação a desastres naturais ou causados pelo homem.

No urbanismo as questões de segurança são normalmente agrupadas em três domínios:

- a) A problemática do crime e da violência;
- b) A segurança legal contra as movimentações forçadas;
- c) A problemática dos desastres naturais ou causados pelo homem;

Os desafios e as acções concernentes a província de Huambo consiste na dimensão e no crescimento das áreas de habitação informal e as suas consequências, a impermeabilização e os riscos de ravinamento e de degradação dos aquíferos e a criação de capacidade para recolher, sistematizar, partilhar e utilizar o conhecimento nas acções de planificação;

Algumas perspectivas estão em vista, nomeadamente a consolidação dos mecanismos de participação e de gestão urbana, a criação de capacidade em todos os atores para ir enquadrando a expansão urbana (mesmo dos atores informais), a promoção de uma cultura de segurança pública, o melhoramento da gestão de água (infiltração, protecção de linhas de água) numa perspectiva de prevenção das ravinas.

TEMA 9: “SALVAMENTO AQUÁTICO E ARTICULAÇÃO ENTRE OS AGENTES DA PROTEÇÃO CIVIL” | Dr. Celestino Afonso

O orador começou a sua intervenção descrevendo, em breves palavras, a localização geográfica do Arquipélago de Cabo Verde que, por sua vez é constituído por dez ilhas, sendo nove delas habitadas. O arquipélago está situado no oceano atlântico, a cerca de 640 km da Costa Ocidental Africana. A sul da maior ilha do arquipélago, Santiago fica situado a cidade da Praia, capital do país.

A cidade da Praia, com uma população de, aproximadamente 150.000 habitantes, contempla cinco pequenas praias balneárias, de dimensões variadas, podendo encontrar, ainda outras, cujas condições são desfavoráveis a prática dessa actividade. Mesmo assim, as praias com maiores afluências dos utentes locais e turistas, durante a época de Verão são as da Prainha, com 358 m; Quebra Canela (93 m) e um pouco menos, São Francisco, com 260 m de extensão. Naturalmente são as únicas vigiadas, principalmente, durante a época com maior enchente das pessoas, pela equipa de associação de nadadores salvadores da Praia, apoiados por um efectivo de dois bombeiros municipais, em cada turno.

No que se refere à legislação marítima e não só o interlocutor referiu alguns Decretos-leis de uma vasta lista de legislação existentes em Cabo Verde, nesse domínio, com principal destaque para o Estatuto do Instituto Marítimo e Portuário (Decreto-Regulamentar n.º 3/2005). Nessa sequência apresentou as missões dos agentes da Protecção Civil Municipal, em caso de salvamento aquático.

Abordando concretamente à problemática da (des) articulação entre os agentes da Protecção Civil em Cabo Verde, apresentou um caso prático ocorrido na praia de Quebra Canela de afogamento que resultou na morte de um jovem de 18 anos de idade e três vítimas, devido ao estado agitado do mar e o desrespeito pelos nadadores salvadores e autoridades marítimas, presentes no local. A operação foi coordenada pelo comandante dos bombeiros da Praia que contou com a intervenção da Polícia Marítima, Guarda Costeira, Protecção Civil, Cruz Vermelha, Nadadores Salvadores, Colaboradores Cívicos e Marinha Francesa, que se encontrava na cidade da Praia, ao qual foi solicitado um apoio, disponibilizando os seus meios marítimos e aéreos durante as buscas. Os meios afectados durante a operação foram: navios, helicópteros, moto skis, rádios transmissores e pequenas embarcações (semi-rígidos). A operação terminou com a recuperação da vítima por um particular, depois que o estado do mar voltou à normalidade.

Apesar da excelente coordenação por parte do Comandante dos Bombeiros, função decidida no local é notório a falta de coordenação entre os agentes da Protecção Civil, que foram chamados ao local à medida que as necessidades se justificavam para tal. Cada agente tentou fazer o que pode, sem nenhum plano prévio de planificação e coordenação. O auge dessa desarticulação é o facto de haver no final da operação um briefing para ressaltar as dificuldades havidas e as perspectivas de melhoria, em casos do tipo que venha a surgir no futuro. É importante que esse tipo de risco seja alvo de uma planificação de modo a dar uma melhor resposta aos casos dessa natureza. A existência de planos é um factor chave mas também é crucial que se lhe operacionalize através de actualizações e simulacros constantes.

O IMP tem vindo a desenvolver algumas acções para tentar minimizar esta problemática, através do Projecto de Segurança e Salvamento no Meio Aquático (Salvamento nas praias de Santiago), elaboração e execução do Plano de Formação de Nadadores Salvadores.

Para além das deficiências operacionais e de coordenação, tais factos são agravados pela falta de meios para salvamento aquático e subaquático; carência de pessoas qualificadas e treinadas para o efeito; desrespeito às sinalizações que traduzem as condições do mar, aos nadadores salvadores e às autoridades marítimas.

Por último chamou atenção às entidades competentes com implicações directas e/ou indirectas sobre esta temática assumindo a sua quota-parte das responsabilidades, sem as imputarem ou transferi-las a outrem. Acima de tudo o princípio de complementaridade é um factor preponderante para o sucesso e a salvaguarda da integridade física dos nossos munícipes.

Além do mais a informação é, e continua a ser uma arma letal para uma mudança paulatina de mentalidades e culminar de uma cultura de “segurança”.

TEMA 10: “ACIDENTES DOMÉSTICOS: COMO ATUAR AO NÍVEL DA PREVENÇÃO E RESPOSTA OPERACIONAL” | Dr. Luís Cecílio

A apresentação iniciou-se com a menção a um documento produzido pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do HUAMBO com conselhos úteis para prevenir diversos tipos de acidentes, com especial relevância para os domésticos, tendo o orador elogiado a qualidade do documento e sublinhado que no lugar dele poderia estar com toda a justiça o referido Serviço.

A apresentação incidiu sobre a prevenção possível para evitar acidentes domésticos, com destaque para questões relacionadas com gás e energia eléctrica, apresentando diversas situações reais e definindo o tipo de resposta operacional considerado adequado para cada uma delas.

Concretamente em relação a situações relacionadas com energia eléctrica, e procurando ter sempre presente a questão de cada país apresentar realidades diferentes, foi colocado o enfoque na questão de equipamentos eléctricos em potencial contacto com água bem como na necessidade de não efectuar sobrecargas na mesma tomada ou extensão.

O gás foi objecto de uma análise mais aprofundada na qual foram apresentados exemplos de situações em que o rebentamento de bilhas de gás originou destruições parciais ou totais de edifícios, tendo sido efectuadas recomendações de diversa ordem quer relacionadas com a instalação quer com a utilização destes sistemas de abastecimento.

Concluiu-se a apresentação com exemplos de respostas tipo do Serviço Municipal de Protecção Civil de Cascais a situações desta ordem bem como dos recursos disponíveis para o efeito, e em particular, da necessária articulação com agentes de protecção civil e com entidades relativamente às quais impende especial dever de colaboração.

TEMA 11: “REFLEXÕES SOBRE A REDE TEMÁTICA PROTEÇÃO CIVIL E PERSPETIVAS” | Eng.º Renato Costa

Referência ao Início do Projecto “Redes Temáticas de cidades UCCLA” enquanto iniciativa da UCCLA, apresentado e aprovado na sua XXVII Assembleia Geral na cidade de Salvador da Bahia em 7 de maio de 2010 e subsequente aprovação pela Comissão Executiva das respectivas Regras de Funcionamento em Lisboa a 25 de outubro de 2010.

Foi expressa a ideia do que é uma Rede Temática “conjunto de cidades UCCLA/Lusófonas que se relacionam e articulam em rede com base num tema que lhes é comum”, como se organiza e funciona com referência à respectiva cidade guia, no caso a cidade da Praia / Cabo Verde.

Foram referidas as Redes existentes e respectivas cidades guias:

- Protecção Civil-cidade guia Praia/Cabo Verde;
- Protecção e Valorização dos Centros Históricos – cidade guia Guimarães;
- Melhor Prática de Relacionamento entre Municípios e seus fornecedores (actualmente Turismo) - Salvador da Bahia.

Foi feita especial referência à “filosofia” e caracterização fundamental de uma Rede, sublinhando: o seu carácter técnico; partilha de conhecimento (operacional e organizativo), reflexão conjunta e formação.

Foi depois abordada o historial da Rede, como a mesma tem funcionado, em particular no que se prende com a partilha de conhecimento, expressando a ideia fundamental de que qualquer rede é um processo em permanente aperfeiçoamento, particularizando as vias que são seu suporte, em particular os Encontros Técnicos/de realização anual, o Blog e o Newsletter, cada uma delas com carácter, conteúdos e finalidades diferentes.

Após este conjunto de referências, com maior acento na caracterização e caminho percorrido, seguiu-se uma reflexão virada para dificuldades conhecidas e perspectivas decorrentes, que poderão ser objecto de reflexão posterior alargada e de sugestões susceptíveis de introduzir aperfeiçoamentos na Rede.

Neste âmbito foi abordada a necessidade de se insistir no carácter técnico da rede, na necessidade de a mesma ser objecto de expansão/alargamento (convidar e integrar mais cidades), proceder à divulgação atempada/prévia dos temas (síntese/resumo) que serão apresentados em cada Encontro Técnico, na possibilidade e conveniência/utilidade de se editarem/divulgarem os textos das apresentações e sobretudo foi acentuada a necessidade de se conseguir que a decisão, por parte dos Municípios, sobre a presença de representantes seus nos Encontros seja conseguida em tempo útil, em particular quando esses representantes sejam oradores.

Seguiu-se a referência à importância do Blog, o elemento de suporte e fluxo permanente de partilha, que de forma contínua assegura a vida da Rede conferindo á mesma vida e interesse/utilidade técnica pela actualização que opera, discussão e comentários que suscita.

Estes aspectos estão longe de terem sido alcançados, carecem de aperfeiçoamentos diversos, desde a sua concepção à imagem, como conseguir maior adesão e seguimento do mesmo?

Se o Blog não consegue ser um espaço de reflexão permanente, assegurar a ligação viva em partilha e contribuições diversificadas sobre problemas que ocorrem numa qualquer cidade da Rede, se estes aspectos, em particular, não melhoram, significa que os objectivos da Rede estão ainda por conseguir numa sua componente fundamental.

Finalmente foi abordada a importância e interesse em que o Newsletter da UCCLA possa incluir (pontualmente ou regularmente!?) uma página sobre a Rede, colocando esta informação no Blog.

VI. CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES

O Encontro decorreu em termos que corresponderam aos objetivos que lhe foram associados, em particular pelo excelente planeamento e organização local do mesmo, traduzido no desenvolvimento dos trabalhos em completa concordância com o programa, passando pela presença alargada no número de participantes (73) em representação de cidades da Rede e lusófonas (Luanda, Lisboa, Maputo, Cascais, Praia) de Municípios (Luanda e Província do Huambo), até à presença representativa de instituições de decisão e operativas (Departamento de Planeamento e Operações, Bombeiros ...), tendo sido feita especial referência às respetivas estruturas e funcionamento, como, ainda, a presença de autoridades tradicionais (Sobas), ONG e Universidade.

Merece destaque a qualidade, importância e atualidade dos temas tratados, quer no que respeita a caracterização e conteúdos, como no que se prende com medidas de prevenção e combate. Foi dado especial relevo a aspetos preocupantes e prioritários que vão desde a formação e sensibilização das populações (com destaque para escolas), até à realização de obras e intervenções no terreno que se ajustam à natureza dos problemas associados à prevenção e combate às catástrofes, aspeto que a visita guiada à Ribeira da Granja e à Ravina do Dango bem ilustraram.

Ficou claro, que no âmbito dos objetivos que a Rede “Proteção Civil prossegue, o sentido de partilha e conjugação de esforços, entre as cidades da Rede e outras cidades lusófonas, tem pleno sentido e se reveste de clara utilidade, tendo em conta, quer a riqueza que experiências diferentes facultam, quer os ensinamentos que os diversos graus de organização existentes proporcionam, o que possibilita o aperfeiçoamento e enriquecimento recíprocos mediante ações de formação, visitas e contatos institucionais.

Nestes termos foi reconhecida a necessidade de desenvolver e reforçar ações que conduzam a uma crescente e maior partilha de conhecimento (operacional e organizativo), reflexão conjunta e formação entre as cidades da Rede, quer pelo recurso a ações de formação, quer através do Blog, enquanto elemento de suporte e fluxo permanente de partilha.

Que nos próximos Encontros, cujo caráter técnico deve ser salvaguardado, se proceda à divulgação prévia dos temas (síntese/resumo) que nos mesmos serão apresentados como condição para possibilitar um debate mais profundo.

Finalmente importa dar nota e reconhecer a importância da aproximação humana e institucional que o Encontro facultou, aspeto que a viagem de regresso a Luanda (com passagem por Lobito, Benguela, Sumbe e Barra do Kuanza) muito enriqueceu, a qual foi proporcionada pelo Senhor Administrador do Huambo, Engº José Marcelino, gesto que se regista e agradece.

ANEXO

1. LISTA DE PARTICIPANTES

2. REPORTAGEM FOTOGRÁFICA DO ENCONTRO

3. HIPERLIGAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE IMPRENSA DO EVENTO

3.º ENCONTRO TÉCNICO DA “REDE PROTEÇÃO CIVIL” DE CIDADES UCCLA

LISTA DE PARTICIPANTES

PROVÍNCIA DE HUAMBO, 09 E 10 DE OUTUBRO DE 2013

N.º	NOME	CARGO	CONTACTO	E-MAIL	CIDADE/PAÍS
01	Albino Kapusso Rodrigues				
02	Amado F. Alfredo	Chefe de Secção A. Naufrago	927560000		Huambo
03	Ananias S. De Jesus	Tec. Gab. De Intercâmbio	934054374	ananias-sebastiao@hotmail.com	Luanda
04	António C. Nawando	Chefe de Repartição Serv. Tecnicos	913281056		
05	António Damião Neto	Cte. Munic. Policia Nac. Katchiungo	921285319		Huambo
06	António Gonçalves	Vereador CMSD - Cabo Verde	89887844	antonig42@gmail.com	Cabo Verde
07	António Oliveira Nasso	T.C.G da Equipa Técnica	923063226		Huambo
08	António Tovela	Coord. Adj de Energia - Maputo	823290200	tovela2013@gmail.com	Maputo
09	Bartolomeu Kachimi	Sub chefe Ajudante	930234621		Huambo
10	Belisário Santos	Dir. Nac. Adm. Local/MAT	923445076	belidia_marcio2000@yahoo.com.br	Luanda
11	Benedito Paquissi	Cte. Munic. Policia Nac. Chinjenje	923457923		Huambo
12	Bernardino Lucas	Cte. Quartel	924350571		Huambo
13	Bonifácio Canduco	Rep. Adm. Ecuinha	948150114		Huambo
14	Bruno M. Laurindo	Chefe Sec. Comunic. Imagem	923847654	b.laurindo@yahoo.com	
15	Celestino Afonso	Coord. Gab. Prot. Civil - Praia	9942342	cefelefonso.cv@gmail.com	Cabo Verde
16	Dinis S. Gunga	Chefede Destacamento	929179433		Huambo
17	Eduardo Gongá Daniel	2º Cte Policia Munic. Ukuma			Huambo
18	Elias Ndjamba	Docente Universitário	923747314	eliasndjamba@hotmail.com	Huambo
19	Emílio Kapanela	Soba ASSAT- Bailundo	948986971		Huambo
30	Estevão Saraiva Mande	Soba Grande Londuimbali			
31	Evaristo D. Mete	Inspector Geral /RMC	924432407	meteevaristo@yahoo.com.br	
32	Feliciano Amaral	Cte. Munic. Policia Nac. Tchic. Tchol.	923624271		Huambo
33	Fernanda Nalumbo	Chefe Sec. Avaliação De Risco	924824029		Huambo
34	Fernando M. Gidião	Director INAMET	923479692		Huambo
35	Francisco Bimba	Chefe Dep. Plane. Oper. SNPB	923544508	franciscobimba@hotmail.com	
36	Francisco Jorge	Cte. Policia Nac. Longonjo	923380421		Huambo
37	Gaudêncio Lucas	Policia Nacional	923064137		Huambo
38	Gilberto N. Chitacumula	Cte. Policia Nac. Munic. Huambo	923462837	cqilbertochitachitacumula@yahoo.com.br	Huambo
39	Guilherme	Soba Grande Longonjo	922073147		
40	Hamilton Sassa	Coordenador equipa tecnica SG	923979957		Huambo

N.º	NOME	CARGO	CONTACTO	E-MAIL	CIDADE/PAÍS
41	Horácio Jamba	S.P.C Bombeiro	930233079		Huambo
42	Inácia Nanene Chilala	Bombeiro 1º Classe, 5º Escalão	924973322		Huambo
43	Isabel N. Da Costa	Chefe de Secção	925081832		Huambo
44	Joana Fragoso	Tecnica de Gabinete	923249276	joana70@hotmail.com	Huambo
45	João Figueiredo	Adm/Munic. Adj - Huambo	923612481	jcalao@hotmail.com	Huambo
46	João Pedro Caiado	Cte. Policia Nac. Londuimbali	923462862		Huambo
47	João Quizando	Chefe. Sec. Inf. Urbana - Luanda	93396303	papequeno@hotmail.com	Luanda
48	João Ricardo	Cte. Prov. SNPC - Huambo	923370160	cmdttchissengue@hotmail.com	Huambo
49	Joaquim Leitão	Cte. Reg. Sapad. Bombeiros	919266772	pereira-leitao@cm-lisboa.pt	Lisboa
50	José Abel Cangombe	Especialista de E.M.C	927632165	abelcangombe@hotmail.com	Huambo
51	José F. paulo	Cte. Quartel	924085692		Huambo
52	José Fernando Mação	Cte. Munic. Policia Nac. Bailundo	923531687	josefernado11@live.com.pt	Huambo
53	José Marcelino	Ad. Munic. Huambo	923473949	ze_mack@hotmail.com	Huambo
54	Juliana Novembro	Protecção Civil - Huambo	923237708	juliananovembro@hotmail.com	Huambo
55	Luís Cecílio	Chefe. Div. Prev. Sensib. Prot. Civil	914917163	luís.cecilio@cm-cascais.pt	Cascais
56	Luís S. Catúmua	Cte 3º Escalão	928610320		Huambo
57	Mandocas L. Ufili	Chefe Rep. Pós Graduação Fac. Dir	931172665	mandocasplay@hotmail.com	Huambo
58	Manuel Kamalandua	S.P.C Bombeiro	924250778		Huambo
59	Mário Chindele	Protecção Civil - Huambo	924371151		Huambo
60	Maurício Ussima	Soba Grande ASSAT - Huambo	926129169		
61	Mauro Gouveia	Protecção Civil - Huambo	926899491		Huambo
62	Maximiano	Cte. Munic. Policia Nac. Chinjenje	933760895		Huambo
63	Paulo Caliquita	Soba Grande Chinjenje	934694790		Huambo
64	Pedro Abel	2ª Cte Policia Nac. Munic. Caala	924116940		Huambo
65	Pedro Calunga	Director tec. Cidade Luanda	985698442	pcalunga@hotmail.com	Luanda
66	Pedro Simbalala	SPC - Bombeiros	924834756		Huambo
67	Renato M. Costa	Coord. Proj. Rede temática UCCLA	966050917		Lisboa
68	Rito Ch. Torres	S.P.C Bombeiro	923825456	ritochissaluquiltorres@hotmail.com	Huambo
69	Simão Luanda	Cte de Quartel 1º Escalão	924015096		Huambo
70	Tomas Eduardo	Rep. Munic. Bailundo	924972529	eduardo31@hotmail.com	
71	Victor Domingos	2º Cte Policia Munic. Mungo	928617328		Huambo
72	Victória Eugenia	Dir. Prov. Comercio	923719399	vitoria_eug@hotmail.com	
73	Xavier Sacumba	Rep. ASSAT- E Cunha	928522877		Huambo











DATA	TÍTULO HIPERLIGAÇÃO	IMPrensa NOTICIOSA
03 10 2013	Praia e Huambo organizam III Encontro Técnico da Rede Temática Protecção Civil de cidades UCCLA	Câmara Municipal da Praia
	Encontro Técnico da Rede "Protecção Civil"	Câmara Municipal da Praia
04 10 2013	UCCLA promove encontro sobre protecção civil	VER Angola
05 10 2013	Encontro Técnico da Rede "Protecção Civil"	Salvador Acontece
06 10 2013	UCCLA promove "Encontro Técnico da Rede de Protecção Civil"	CPLP
	Cidade da Praia promove em Angola um encontro técnico da rede de protecção civil da UCCLA	Expresso das Ilhas
	COOPERAÇÃO: Município da Praia promove em Angola um encontro técnico da rede de protecção civil da UCCLA	Cabo Verde Directo
	COOPERAÇÃO: Município da Praia promove em Angola um encontro técnico da rede de protecção civil da UCCLA	Papia Cabo Verde
	Cidade da Praia promove em Angola um encontro técnico da rede de protecção civil da UCCLA	PasseiAki
07 10 2013	UCCLA/Huambo: secretário-geral participa no debate sobre a protecção civil	PINN
	Cidade da Praia na rede de protecção civil da UCCLA em Angola	A Nação
	Praia e Huambo organizam Terceiro Encontro Técnico da Rede Temática Protecção Civil de cidades UCCLA	ANMCV
	Cidade da Praia na rede de protecção civil da UCCLA em Angola	Alfa-Comunicações
08 10 2013	UCCLA: Encontro Técnico da Rede "Protecção Civil"	gbissau.com
	UCCLA: Encontro Técnico da Rede "Protecção Civil"	gbissau.com
09 10 2013	Encontro técnico da rede de protecção civil arranca hoje no Huambo	ANGOP
	Protecção civil contribui para redução dos riscos de acidentes	Portal de Angola
10 10 2013	Jovens devem envolver-se mais na protecção civil	ANGOP
	Protecção civil contribui para redução dos riscos de acidentes	Portal do Cidadão de Angola
	Protecção civil contribui para redução dos riscos de acidentes	Portal Oficial do Governo de Angola
11 10 2013	Sugerido aumento da protecção civil nas áreas suburbanas	Portal Promocional do Huambo
	Jovens devem envolver-se mais na protecção civil	Huambo Safeka
	Sugerido aumento da protecção civil nas áreas suburbanas	Huambo Safeka

DATA	TÍTULO HIPERLIGAÇÃO	IMPrensa NOTICIOSA
	Caí o pano do 3º encontro técnico da rede de protecção civil da UCCLA	Rádio N'gola Yetu
	Sugerido aumento da protecção civil nas áreas suburbanas	ANGOP
14 10 2013	Rede de Protecção Civil debatida em Angola em encontro promovido pela UCCLA	eMPower
	Papel da protecção civil é analisado no Huambo	Huambo Safeka
	Rede de Protecção Civil debatida em Angola em encontro promovido pela UCCLA	Sapo.pt
15 10 2013	Encontro Técnico da Rede "Protecção Civil" – Conclusões	ONGs em Notícias
	Angola recebe Encontro Técnico da Rede "Protecção Civil"	PINN
16 10 2013	UCCLA realizou encontro sobre "Protecção Civil"	VerAngola